

EDUCAÇÃO: DELINEAMENTOS DA FILOSOFIA PARA O PARADIGMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE¹

Nalva dos Santos Camargo Silva² UEG Anápolis

nalvacamargodelta@hotmail.com –

Yara Fonseca de Oliveira e Silva³

Yarafonseca09@gmail.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo refletir sobre as variações do sistema educacional, a partir do tema Educação: Delineamentos da filosofia para o paradigma das políticas públicas de formação docente. A proposta é a partir da revisão da literatura, adotada na disciplina de Fundamentos da Educação e da Linguagem, refletir como as estruturas pedagógicas, foram se delineando no decorrer do século XX, e a partir desta perceber a referência a nova ordem econômica, lançada pelo capitalismo neoliberal na educação de modo especial no Brasil. O estudo é, portanto, bibliográfico e, à luz das teorias de Saviani (2008), Jaeger (1986) entender as significativas alterações político, econômico e educacional que influenciaram diretamente as práticas formativas. Diante disso, buscou-se compreender a educação e a formação docente a partir do pressuposto filosófico elencando para tanto, a inserção das políticas públicas voltadas para a educação sua evolução e a implementação das tecnologias da informação e comunicação, reflexo do pensamento capitalista neoliberal, na educação. Por fim, o estudo, aponta o surgimento desse novo paradigma educacional contemporâneo de modo a compreender como este insere-se social, política e culturalmente nas instituições de ensino e como tais variações são vivenciadas pela sociedade.

Palavras chave: Educação. Filosofia. Políticas Públicas. Formação Docente.

Introdução

Este trabalho, busca refletir diante das transformações sócio econômicas, como as políticas educacionais tem pensado a formação docente, a partir desta perspectiva, a discussão

¹ Artigo apresentado à disciplina de Fundamentos da Educação e da Linguagem do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologia PPG-IELT do Câmpus de Ciências Sócio Econômicas e Humanas de Anápolis CCSEH.

² Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologia PPG-IELT Área de Educação e Tecnologia.

³ Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ/PPED/UEG, 2014) e Pós-doutorado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto-Portugal. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (FE/UFG, 2005). Especialista em Psicopedagogia (ULBRA/RS, 1998) e em Avaliação Institucional (UEG/GO, 2005). Graduada em Pedagogia (PUC-GO, 1988). Atua como professora titular da Universidade Estadual de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia e docente do Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (MIELT) da UEG. Experiência na área de Educação e pesquisadora dos temas: políticas públicas, políticas educacionais, formação de professores, economia da inovação e diversidade.

inicial, aponta como as variações sofridas, especificamente nas últimas décadas do século XX tem norteado as estruturas sociais com reflexos diretos na política educacional. Nesse contexto, pensar a formação docente para além do contexto econômico é uma das possibilidades por nós adotadas, salientando a relevância da formação continuada para formação de uma sociedade melhor preparada cultural e intelectualmente.

O trabalho está portanto, dividido em dois momentos, no qual utilizamos a metodologia qualitativa, partindo da perspectiva da revisão de literatura, em que discutimos inicialmente o contexto socioeconômico e suas implicações para com as políticas educacionais e a formação de professores, procurando avaliar como a variação econômica torna-se fator para pensar a formação docente e a partir desta, compreender a necessidade de uma efetiva ação das políticas públicas na implementação de programas de formação continuada.

O referencial teórico, no qual o trabalho está balizado, traz como ênfase a questão da necessidade de pensarmos as políticas públicas de formação docente, à partir do contexto vivido pelo professor. Para tanto, fazem parte dessa discussão, Adorno (1995) e Mészáros (2005), numa perspectiva de educação que pense, sobretudo a emancipação do sujeito. Azevedo (1997), cujas considerações sobre a mudança na sociedade repercutem diretamente na prática docente, entre outros que corroboram com a análise sobre as variações sociais e econômicas, que fervilham a atividade pedagógica contemporânea.

Num segundo momento a proposta apresentada, refere-se à questão das tecnologias em forte ascensão com a evolução do processo de globalização. Diante disso, as discussões aqui propostas, tem como foco, pensar a formação docente a partir do avanço das tecnologias, mesclando a necessidade profissional, com o contexto desenvolvimentista da sociedade atual. Assim, o trabalho procura perceber a partir dos dois tópicos abordados, como a formação docente ocorre e quais são os principais aspectos que devem ser a partir dela ser privilegiado.

Nas considerações transitórias, apresentamos como ponto de nossa abordagem compreender a atuação das políticas públicas direcionadas para o contexto educacional, como contributo para que a sociedade por meio da educação, busque seus direitos e suas necessidades, e possa de fato tornar-se uma educação que promova a emancipação do sujeito, Adorno (1995) e Mészáros (2005)

1 O contexto socioeconômico e suas implicações nas políticas educacionais para a formação de professores

A sociedade contemporânea tem, ao longo das últimas décadas, experimentado algumas transformações, que se refletem diretamente nas instituições de ensino, e certamente nas políticas de formação docente. O contexto atual sociopolítico e cultural conturbado, pelas mudanças no modo de vida, no trabalho e grosso modo na cultura, que a cada dia mais, vê a necessidade de pensar e planejar a educação, de modo que esta atenda qualitativamente aos diversos setores da sociedade.

Um dos critérios que nos possibilita, discutir sobre as questões educacionais, bem como a interferência do movimento socioeconômico, nas políticas de formação docente, está a forte influência desse contexto de crescimento econômico que orienta o desenvolvimento social. Nesse sentido, ao pensar o avanço da economia na sociedade nas duas últimas décadas, do século XX e início do século XXI, observa-se que para a manutenção das condições existentes na sociedade capitalista, o campo econômico define e ou orienta a promoção do campo social pois, entre outras coisas, na área da educação tem-se a diminuição das taxas de analfabetismo e o avanço da escolarização média da população, que ainda que seja benefícios para esta população, por outro lado o interesse é para contribuição do fortalecimento dos índices de produção que movimenta a economia que necessita de um povo com melhor e maior conhecimento nesse contexto tecnológico.

Ao refletir sobre os investimentos feitos na educação pelas políticas públicas⁴, observamos que estas, vem sendo repensadas, no intuito de promover condições de acesso e permanência dos alunos em diferentes níveis de ensino, além de cobrar a participação docente nos cursos de formação inicial e continuada. Assim, segundo Batista (2007, p. 398) “encontram-se condicionadas, na atualidade, por dois importantes fatores: um de cunho estrutural” e outro “de cunho conjuntural”. No qual na, vertente estrutural está o modo pelo qual o estado brasileiro se formou. E a base conjuntural, que representa gradativamente a crise do capitalismo, da qual se procura recuperar os avanços do desenvolvimento socioeconômico a partir de menor participação do estado, especialmente na diminuição das políticas sociais.

⁴ Assegurar acesso e permanência de criança, adolescente e jovem na escola, pela Constituição Federal e pela LDB Lei nº 9394/96, promover a melhoria da formação docente e garantir através do Exame Nacional do Ensino Médio ENEM, o ingresso de pessoas com baixo nível de renda a cursos superiores em Universidades públicas e privadas.

No que se refere diretamente a política educacional, em seu contexto histórico Azevedo (1997, p. 59) assevera que esta tem passado por intensas reformulações, entretanto, muito pouco fora feito, no sentido de compreender a escola enquanto espaço de discussão, das ações realizadas social e culturalmente, desta maneira,

a educação é, historicamente, a mais estratégica das políticas da área social. Com isso, a política educacional é parte de uma “totalidade maior” que deve ser pensada “em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que realiza através da ação do Estado”

Na vertente, abordada por Azevedo, como política pública, a educação passa a ser pensada a partir da perspectiva da contribuição, na qual diferentes ações corroboram com a implementação de melhorias dentro e fora do ambiente escolar. Desse modo, é importante que proponha sempre novas práticas, possibilitando a formação social de diferentes sujeitos, inclusive o sujeito professor, para o qual a escola funciona como *lócus* do desenvolvimento e da mudança.

A partir então, da perspectiva sociopolítica, a escola, a universidade e os centros de formação tratarão de ofertar continuamente mecanismos para que o docente se qualifique, procurando ampliar o desenvolvimento qualitativo do mesmo e de seus alunos. Assim, as políticas de formação centram-se sobretudo, numa relação entre a política e o contexto atual, ou seja, a oferta de vagas nos cursos de formação, são desenvolvidos de acordo com a necessidade dos governos, de implementarem ações que auxiliem na melhoria econômica e social direcionada para alunos ou professores.

De acordo com dados do (BIRD) Banco Interamericano de Desenvolvimento, ao elaborar documentos que ressaltam ações para com a política educacional, os organismos internos e externos, procuram entre outras coisas diminuir a disparidade de acesso à educação entre os países sul-americanos, a Europa e os Estados Unidos. Disparidade esta que impede o desenvolvimento pleno da chamada economia global. Entretanto, tais ações não se especificam apenas como um mecanismo de equidade política educacional, representam sim um conjunto de ideias para desenvolver globalmente a economia dos países subdesenvolvidos e também, países representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, UNESCO.

A partir da perspectiva econômica, apontada pelo BIRD, os programas voltados ao avanço político e econômico, vão se consolidando sob a forma de financiamentos e

também a partir de acordos técnicos, para os quais se ampliam programas de capacitação e ampliação das ofertas de vagas nas escolas e universidades. Nesse sentido, a

cooperação voltada para estimular a "igualdade de chances educacionais" retoma as linhas de ação anteriores, centradas na racionalização dos sistemas de ensino, na melhor distribuição dos insumos escolares e na seletividade do ensino: Desde que é necessário selecionar os alunos que passarão aos níveis superiores de ensino, os critérios e procedimentos de seleção adotados se revestem de importância crucial. O Banco apoiará a análise dos mecanismos de seleção utilizados pelo país. (*BIRD, 1980-a, p.99, tradução*)

Ante o exposto, percebemos que o envolvimento cada vez maior do sistema capitalista e das políticas neoliberais, passam a compor o contexto no qual se desenvolvem a maioria dos projetos educacionais, inclusive no que se refere a formação docente, inicial e continuada. Entretanto, de acordo com Mello (2000),

O arranjo institucional adequado para a formação de professores será aquele que conseguir construir, ao longo do curso, o perfil profissional docente que o país necessita para implementar a reforma da educação básica, consubstanciada em suas diretrizes curriculares nacionais, nos parâmetros curriculares recomendados pelo MEC e nas ações de implementação iniciadas por estados e municípios

Ou ainda, aquela que conseguir ao mesmo tempo promover uma adequação profissional, que contemple investimentos na formação visando com isto, a melhoria econômica do país, no futuro envolvem,

a boa qualidade dos professores poderá eliminar os custos de organização dos grandes empreendimentos de capacitação ou educação continuada destinados a ensinar àqueles que, se tivessem aprendido a aprender, poderiam ser gestores da própria atualização profissional. Com professores bem preparados, a educação continuada poderia ser quase inteiramente realizada na escola, sem a parafernália dos grandes encontros de massa, que os tornam eventos de interesse maior para a hotelaria do que para a educação, (MELLO, 2000, p. 4)

Considerando a abordagem de Mello sobre a formação docente, percebe-se que a preparação do professor, leva em conta a qualificação como forma de melhoria do processo ensino aprendizagem, mas também, observa os investimentos feitos ao longo dos processos formativos, como uma maneira de contemplar a formação, mas sobretudo acelerar o crescimento e o desenvolvimento econômico do país.

Ainda sobre o contexto socioeconômico, e suas implicações nas políticas educacionais para a formação de professores, observa-se que um dos primeiros pontos a considerar é que as políticas de formação visam primeiramente a ampliação da produção, intelectual e industrial, vez que em sua maioria tais iniciativas políticas estão inteiramente atreladas a estruturas externas que financiam o desempenho técnico e profissional dos

docentes. Assim, afirma Mello (2008): “a melhoria nas condições de trabalho, que contribuam à produção de uma proposta substantiva de valorização dos profissionais do ensino; no resgate do status socioeconômico dos professores, [...] compatível com sua relevância social”

Não resta dúvida de que um dos principais propósitos vislumbrados pelas políticas formativas está, sobretudo no desenvolvimento do campo econômico, vez que este reflete na atividade de diferentes profissionais, dentre estes os professores, que a partir da formação continuada, passam a contribuir, e que resvala no social e na ampliação dos status do quadro de professores qualificados em sala de aula. Além do mais, como já fora tratado num outro momento, a formação tecnológica proposta pelas reformas do ensino a partir dos anos de 1990, visam ampliar ainda mais o número de profissionais qualificados para atuação no mercado globalizado.

Na atualidade, mas também em tempos remotos, a educação tem servido a esse fim, qualificar os cidadãos em diferentes áreas para a sociedade e sua evolução. Desse modo, não somente o professor, mas de forma geral os demais cidadãos precisam constantemente preparar-se para a vida e para o trabalho. Isto de acordo com a política neoliberal que vê na educação a condição necessária para desenvolver economicamente o país, sem considerar portanto, a formação do cidadão enquanto sujeito crítico e participativo.

Assim, tanto a educação quanto as políticas públicas são responsáveis por preparar o cidadão, considerando suas potencialidades para o trabalho, seja ela teórica ou tecnicamente, afim de evitar que se amplie ainda mais as disparidades sociais, econômicas, políticas e culturais. A partir dessa proposta, o desenvolvimento de políticas de aprimoramento e de formação tecnológica, vão se tornando uma realidade do país, mais especificamente a partir da década de 1990, instaurando um ritmo mais acelerado para a formação técnica do cidadão.

1.2 Os avanços tecnológicos nas políticas públicas de formação docente

O sistema capitalista vem desde o século XVIII ampliando suas inovações técnicas e científicas. Com a chamada Revolução Industrial, a sociedade vem experimentando um enorme crescimento industrial, em compasso com o aumento da população e de suas necessidades. Produzir tornou-se a meta, tanto do comércio, quanto dos governos. Cada dia mais, ampliam-se o número de artigos fabricados, disponíveis no mercado e também a busca por mão de obra qualificada para o exercício de diversas funções.

No entanto, para que a sociedade possa dar conta de tantas inovações, que surgem cotidianamente, por meio das tecnologias da informação e da comunicação, é oportuno que o cidadão dentro de seu contexto esteja preparado, cultural e intelectualmente. Assim, ao pensar sobre os avanços promovidos pelo uso de recursos tecnológicos em nossa sociedade, procuramos compreender, como estes tem sido utilizados nos diferentes setores, mais de modo especial nos programas de formação docente.

No que se refere a questão dos recursos tecnológicos, o que se observa é que estes vem se tornando cada vez mais comum em nosso meio, contudo, importa-nos saber até que ponto tais mecanismos, são utilizados em favor da melhoria das práticas formativas. Assim, frente a esse abrupto avanço tecnológico das últimas décadas o que se percebe é que as instituições educacionais são desafiadas a incorporar cotidianamente novas tecnologias, inclusive e sobretudo, nos programas de ensino.

Nossa preocupação com relação ao uso indiscriminado da tecnologia, reside no fato de que ocorre uma variação pedagógica, na qual nem sempre há espaço para o desenvolvimento da ação reflexiva do professor, principalmente nos cursos de formação. Tem sido proposto uma formação que não privilegia efetivamente uma política pública como maior acesso dos docentes a cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, ou a melhores condições de trabalho e valorização do magistério, como assevera a LDB, Lei 9394/96, e que deixam as instituições de ensino sem condições de preparar continuamente o professor. Nesse sentido Costa e Xexéo, 91997, p. 24) diz,

as soluções propostas inserem-se, principalmente, em programas de formação de nível de pós-graduação ou, como programas de qualificação de recursos humanos. O perfil do profissional de ensino é orientado para uma determinada “especialização”, mesmo por que, o tempo necessário para essa apropriação não o permite. Como resultado, evidencia-se a fragilidade das ações e da formação, refletidas também através dos interesses econômicos e políticos.

A partir das considerações de Costa e Xéxeo (1997), observamos que a formação docente, vai se fragmentando, em vista do curto espaço temporal na qual ela se desenvolve, pela quantidade de informações dadas e pelo aumento dos recursos tecnológicos, com os quais o professor precisa lidar, em virtude das transformações sociais e econômicas. Dessa forma o docente, tem menos tempo para se preparar qualitativamente e por isso vai perdendo o estímulo para desenvolver suas funções. Porém, tal fato não pode ser generalizado, pois embora haja muitos programas de formação, realizados aligeirados, há também aqueles no

qual o professor reflete sua ação e busca a partir desta diminuir a exclusão educacional, imposta pela capitalização da educação.

Para entender bem como se processa essa nova política educacional, é fundamental que pensemos uma educação para além do capital, ou seja, uma educação na qual não se tenha como objetivo maior a ampliação econômica. Assim, István Mészáros (2005, p.13), diz que “educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades”, dessa forma, uma educação que pressagia, num curto espaço de tempo preparar o sujeito torna-se alienação, além de também ser pouco significativa, para o professor e certamente para a sociedade, pois não cumpre sua função de ensinar para a vida.

De acordo com Behrens (2009) a ação docente tornou-se o foco essencial das discussões, pois ensinar sempre foi mais importante do que o aprender. Assim sendo, a educação com os avanços da tecnologia da informação e comunicação, deveria partir de um contexto, no qual a sociedade vivencia diferenciadas experiências e, portanto, possibilita uma formação qualitativa, tanto do professor, quanto dos alunos, uma educação em que os cidadãos possam transcender a simples relação de produção, estabelecidas pelo sistema capitalista.

Portanto, o que se observa frente aos impactos das políticas neoliberais e do avanço tecnológico é que as instituições de ensino, estão “condicionadas” a treinar o professor, para que este, possa desenvolver suas atividades junto aos alunos, e a partir de uma concepção reprodutivista do conhecimento prepara a mão de obra necessária para o mercado. Para contrapor a essa situação e redirecionar tais condições de educação e formação é necessário segundo Mészáros (2005, p. 59) “uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis de nossa existência individual e social”, pois as políticas públicas de formação deveriam fortalecer a atividade docente de modo a superar a alienação na qual a sociedade se mantém.

No contexto contemporâneo, inaugurado pelas Revoluções burguesas, Industrial e Francesa, a vertente da filosofia, voltada para as questões educacionais, tem oportunizado-nos refletir sobre a necessidade não só da educação, mas, de vários processos sociais, que culminam com a formação do cidadão, dentre eles o professor. Nesse sentido, a educação desempenha papel importantíssimo, visto que é a partir dela que se processam as principais

transformações, imperiosas para que a sociedade se reestruture. Ou ainda de acordo com Mészáros (2005, p. 69),

a nação que não quiser fracassar na luta pelo êxito comercial, com tudo o que isso implica para a vida nacional e para a civilização, deve cuidar que suas indústrias sejam supridas com uma oferta constante de trabalhadores adequadamente dotados, tanto em termos de inteligência geral como de treinamento técnico. Também no terreno político, a crescente democratização das instituições torna necessário que o estadista prudente trate de proporcionar uma vasta difusão de conhecimentos e o cultivo de um alto padrão de inteligência na população.

Assim, ao relegar às políticas públicas e aos governantes o papel de gerir uma educação que realmente prepare o cidadão, Mészáros ressalta o importante papel da formação, como elemento da transformação social e do avanço da sociedade em seus diferentes aspectos. Assim, acreditamos que o avanço técnico científico pode ser visto como parte estruturante para asseverar à população uma aprendizagem de qualidade.

Por fim, um dos fatores significativos a considerar na formação docente, diante de tantas variações, é a compreensão de como a educação visa a formação do homem, do professor, enquanto sujeito de suas ações. Entender esta ação formativa é tarefa relevante para a prática docente, a partir dessa vertente tanto a formação inicial quanto a continuada subsidiam o desenvolvimento gradativo da ação reflexão do professor, que se auto avalia, pessoal e profissionalmente.

Entender qual caminho podemos trilhar para que a sociedade compreenda a necessidade constante do docente de se aperfeiçoar e em consequência de sua qualificação, pensar uma educação, que vá além dos preceitos econômicos, mas, que sobretudo, tenha compromisso com a formação de um sujeito atuante e crítico, que se emancipe cotidianamente. É portanto, a partir da abordagem de Saviani (2008) que pensamos os delineamentos da educação como prática continua na formação docente, atrelando a esta um valor maior que surge cotidianamente, no desenvolvimento pedagógico e no preparo dos alunos para a cidadania e para as diversas atividades das quais a sociedade carece.

Considerações transitórias

Percebemos que a partir do século XX, com a ampliação das políticas neoliberais e do capitalismo em ascensão, a educação passa a ser pensada como fator *sine qua non* para a expansão econômica ocorrer plenamente, surgindo daí as várias ofertas de qualificação aos jovens, sob forma de cursos técnicos e ao professor em cursos de nível técnico e/ou superior. Inclusive é em meio a esse contexto expansionista que, as novas tecnologias vão sendo

introduzidas nas instituições de ensino, para que o professor e a sociedade possam fazer destas uma ferramenta de trabalho.

O efetivo uso da tecnologia por parte dos alunos, destaca como o avanço desta se processa como forma de assimilação por estes e pelos professores, como um elemento necessário para a chamada sociedade do conhecimento. Entretanto, embora a evolução tecnológica venha ocorrendo rapidamente, o simples fato de se colocar programas de computadores em uma escola raras vezes traz impacto significativo, no desenvolvimento ou no processo ensino aprendizagem, uma vez que nem sempre alunos e professores estão aptos a lidar com esse novo contexto, apresentado pelo capitalismo.

Para que tal ação se torne de fato uma política pública e possa realmente atingir efeitos significativos à educação e a formação docente, é fundamental considerar as fragilidades de cada um além de promover uma capacitação intensiva inicial e apoio contínuo, aos professores gestores escolares, alunos e etc.

O primeiro passo para que o novo paradigma educacional possa ser assimilado e promova na educação e formação docente uma prática transformadora, seria a oferta da formação permanente do professorado, para que este pudesse qualificar-se e desta forma auxiliar de modo mediador o desenvolvimento cultural, tecnológico, social e político dos diferentes sujeitos. De modo efetivo o paradigma educacional emergente, busca pensar o professor do século XXI, como o professor polivalente, aquele que ajude a tecer a trama do desenvolvimento individual e coletivo. E além disso, saiba manejar os instrumentos indicados pela nova cultura do conhecimento indicar como representativos dos modos de viver e de pensar civilizados, específicos dos novos tempos.

Nesse contexto, pensando a partir da vertente filosófica, as políticas públicas voltadas para o contexto educacional, teriam que partir da perspectiva de que a sociedade por meio da educação, compreende seus direitos e suas necessidades, e de acordo com Adorno (1995) e Mészáros (2005) a educação deve servir para a emancipação do sujeito. Diante disso, observamos que o desenvolvimento sócio-político, econômico e cultural, acelerado a partir da globalização, vem transformando a educação, fazendo desta um instrumento que corrobora com a política neoliberal e com o avanço do sistema capitalista vigente.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hanna, A crise da Educação, In _____, Hannah, *Entre o passado e o futuro* 4ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Educação como política pública. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 56)
- BATISTA, Neusa Chaves. A formação do Estado nacional brasileiro: implicações para a gestão das políticas públicas educacionais. São Paulo. EccoS, Revista Científica, v. 9, n.2, p. 387-408, jul./dez., 2007.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. *Paradigmas Educacionais na Prática Pedagógica*. Curitiba: Mimeo: 2009.
- COSTA, Rosa Maria E. Moreira & XÉXEO, Geraldo. A internet nas escolas: uma proposta de ação. In: Anais do VII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação. Belo Horizonte, SBC/UFMG, 1997.
- DURKHEIM, Emile. A evolução pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- JAEGER, Werner. Paidéia: a formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- MELLO, Guiomar, Namó. *Formação inicial de professores para a educação básica uma (re)visão radical*, Fundação Victor Civita São Paulo Perspectiva. vol.14 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2000.
- MORAES, Maria Cândida de. *O paradigma educacional emergente*. Campinas/SP: Papirus (2003).
- SAVIANI, Dermeval, *A Pedagogia no Brasil – história e teoria*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- _____. A Filosofia na formação do educador. In: SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*, Campinas: Autores Associados, 2013.